

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO MÉDICA: METODOLOGIAS ATIVAS E SUAS ADAPTAÇÕES PARA NEURODIVERGENTES

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.013-002>

Gilmar Santana Lima

Mestrando em Educação - Fundação Universitária Iberoamericana / Universidad Europea Del Atlantico

Docente do Curso de Medicina na Faculdade de Medicina de Açailândia (FAMEAC)

E-mail: gilma.lima@professores.ibmec.edu.br

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/6680462232819324>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6604-7869>

RESUMO

O artigo aborda estratégias pedagógicas inclusivas na educação médica, com foco nas adaptações de metodologias ativas para estudantes neurodivergentes, como aqueles com TDAH, TEA e dislexia. Considera-se que esses alunos processam informações de forma distinta, exigindo abordagens personalizadas que respeitem suas especificidades sem reduzir a qualidade do ensino. A discussão baseia-se nas diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), enfatizando a importância da flexibilização curricular, diversificação de avaliações e uso de recursos de acessibilidade. O objetivo é promover um ambiente acadêmico acessível, acolhedor e equitativo, colocando o aluno no centro do processo de aprendizagem e favorecendo sua participação plena na formação médica.

Palavras-chave: Neurodivergência; Metodologias ativas; Inclusão; Educação médica; Flexibilização curricular.



1 INTRODUÇÃO

A maneira que compreendemos a neurodiversidade atualmente tem passado por modificações significativas, conceituando e valorizando as distintas maneiras de como essas pessoas pensam, aprendem e percebem o mundo. Esse conceito vem ganhando uma magnitude no ensino superior e especialmente nos cursos de Medicina no Brasil. É um ramo acadêmico que ao longo da sua história, foi pautado de bases muito rigorosas, currículos bem densos, cargas horárias extensas além de métodos avaliativos padronizados. Essa estrutura para os cursos de medicina funciona para muitos, mas pode-se tornar uma barreira para os alunos neurodivergentes. Diante dessa perspectiva, surge o seguinte questionamento: quais estratégias pedagógicas podem ser adaptadas na educação médica baseada em metodologias ativas para alunos neurodivergentes?

A neurodiversidade pode ser compreendida como um movimento social formado por pessoas e grupos que defendem a criação e a efetiva implementação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar de indivíduos com diferentes tipos de deficiências. Mais do que um conceito acadêmico, trata-se de uma luta por direitos, que busca garantir que o ambiente educacional reconheça e valorize as múltiplas formas de funcionamento neurológico. Como destacam Araújo, Silva e Zanon (2023), esse movimento propõe enxergar as diferenças cognitivas e comportamentais não como limitações a serem corrigidas, mas como expressões legítimas da diversidade humana, devendo ser acolhidas e respeitadas nas práticas pedagógicas e nas políticas educacionais.

Neurodivergência refere-se a pessoas com algumas condições específicas caracterizado como transtornos do neurodesenvolvimento que pode afetar diversas áreas, em especial o aprendizado. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a dislexia, entre outras são exemplos de transtornos presentes e comuns, hoje, na academia de diversos cursos, especialmente nos cursos da área da saúde. São estudantes que tem um aprendizado de maneira distinta da grande maioria da turma, isso não caracteriza que aprendeu “menos” que os demais, mas aprendeu à sua maneira, pois processam essas informações de maneiras singulares. Portanto, o grande desafio docente não está em tentar corrigi-lo, mas propiciar um espaço acadêmico que valorize as diversas formas de aprendizado.

Diante dessa realidade enfrentada na educação médica, o presente artigo objetiva, analisar e propor estratégias pedagógicas e adaptações curriculares que promovam a inclusão efetiva de estudantes neurodivergentes nos cursos de Medicina, alinhando-se às diretrizes de políticas públicas de inclusão escolar e às necessidades específicas desses alunos. Pautando-se na metodologia ativa como sendo uma das inovadoras no campo da educação médica, e tendo como propósito a inserção do aluno como centro do processo de aprendizagem, permite que as experiências educativas sejam personalizadas, facilitando a adaptação para inclusão dos alunos neurodivergentes.



Entre essas estratégias, destacam-se algumas que têm mostrado grande potencial para promover inclusão e acessibilidade: o Problem-Based Learning (PBL), a sala de aula invertida, a gamificação entre outras. Assim, a metodologia de revisão bibliográfica aplicada ao estudo das adaptações curriculares para alunos neurodivergentes na educação médica envolve a coleta, análise e síntese crítica de publicações acadêmicas, documentos oficiais e pesquisas recentes relacionadas ao tema. Essa abordagem permite identificar os principais conceitos, práticas pedagógicas inovadoras e os desafios enfrentados na inclusão desses estudantes em cursos de Medicina.

Portanto, a flexibilização curricular representa a abertura para ajustar não apenas o conteúdo e os recursos, mas também as formas de avaliação e os prazos. Isso pode incluir provas orais em vez de exclusivamente escritas, uso de portfólios, trabalhos práticos ou tempo extra para execução de tarefas. Vale ressaltar que flexibilizar não significa “facilitar demais” ou “reduzir a qualidade” significa oferecer diferentes caminhos para que todos tenham condições justas de demonstrar sua competência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO DE NEURODIVERSIDADE

O termo neurodiversidade refere-se à multiplicidade de cérebros e mentes humanos, distinguindo múltiplos modos de sentir, perceber, aprender e interagir com o mundo. Entre as principais condições presentes na comunidade neurodivergente destacam-se o TDAH, TEA, dislexia, discalculia, entre outras. Essas condições não devem ser encaradas apenas como déficits, mas sim como diferenças, com potencialidades e desafios únicos.

No Brasil, a inclusão de estudantes neurodivergentes na Educação Básica é afiançada por um conjunto robusto de leis e diretrizes que asseveram seus direitos educacionais e procuram garantir igualdade de oportunidades. A Constituição Federal de 1988 é o principal marco legal, estabelecendo que a educação é um direito de todos e um dever compartilhado entre o Estado e a família, proibindo qualquer forma de discriminação no acesso ao ensino.

Esse princípio constitucional convém de base para políticas educacionais inclusivas, voltadas à construção de escolas que acolham a diversidade humana, conheçam diferentes formas de aprender e avalizem suportes adequados para que cada estudante possa desenvolver plenamente seu potencial. Dessa forma, a legislação não atua apenas como norma jurídica, mas como um compromisso social com a equidade e o respeito às diferenças, incluindo as necessidades específicas de alunos neurodivergentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, considerada a principal legislação educacional brasileira, reafirma a importância de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva. Mais do que um princípio, ela estabelece como dever que os sistemas de ensino garantam a todos os estudantes incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais não apenas o direito de entrar na



escola, mas também de permanecer nela e alcançar o sucesso em sua trajetória escolar. Trata-se de um compromisso legal e ético com a equidade, que busca oferecer oportunidades reais de aprendizagem, valorizando a diversidade e respeitando as particularidades de cada aluno.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205).

Nesse sentido, torna-se imprescindível que políticas públicas e práticas pedagógicas se articulem para promover ambientes escolares inclusivos, capazes de reconhecer e valorizar as múltiplas formas de aprender e de contribuir para a sociedade, assegurando que cada indivíduo tenha a oportunidade real de alcançar seu potencial máximo.

2.2 POLÍTICAS DE INCLUSÃO ACADÊMICA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Abordar de inclusão no contexto educacional brasileiro, é antes de tudo, falar a cerca de um compromisso que preza pela igualdade e a valorização da diversidade. É entender que cada discente traz sua forma única de aprender e se relacionar com o conhecimento e que acima de tudo, a instituição de ensino precisa abrir novos espaços para a inclusão de todos.

Tal compromisso está firmado na Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. No decorrer do tempo, outras legislações surgiram para robustecer e detalhar essa ideia. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), considerada a primazia da educação brasileira, determina que os sistemas de ensino devem ir além do simples ato de matricular e que devem criar condições reais para que todos os estudantes incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais ou neurodivergências tenham oportunidades de aprender com dignidade, desenvolver suas habilidades e alcançar sucesso.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) expande essa visão, evidenciando que incluir não se limita a inserir o estudante na sala de aula. Trata-se de modificar o ambiente educacional para torná-lo acessível, acolhedor e respeitador. É assegurar que existam recursos, modificações, suporte especializado e tecnologias assistivas que possibilitem ao aluno tomar parte integralmente da vida acadêmica.

Mais recentemente, a legislação nº 14.254/2021 focou especialmente em alunos que enfrentam dislexia, TDAH e outros distúrbios específicos de aprendizagem, salientando a relevância do diagnóstico antecipado e do suporte constante.

Essas diretrizes mostram um progresso significativo: a percepção de que a inclusão não é uma gentileza ou um programa isolado, mas sim um direito humano essencial. Elas constituem a base legal para



que as instituições educacionais implementem práticas mais humanizadas, currículos adaptáveis e abordagens pedagógicas que considerem o ritmo e as particularidades de cada estudante.

No fim, a legislação brasileira nos convida a enxergar a inclusão não como uma obrigação burocrática, mas como uma escolha ética e social necessária para formar cidadãos e profissionais mais empáticos, conscientes e preparados para viver em um mundo diverso.

2.3 ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Adaptações curriculares servem como estratégias cruciais para garantir a inclusão efetiva de estudantes neurodivergentes em programas de medicina, levando em consideração suas necessidades únicas em um ambiente acadêmico tradicionalmente rígido e exigente. Essas adaptações envolvem modificações deliberadas e ponderadas de conteúdo, métodos de ensino, avaliações e recursos educacionais, visando criar condições equitativas para que todos os alunos possam adquirir conhecimento e demonstrar sua compreensão de forma justa.

No âmbito da educação médica, as modificações curriculares podem incluir, por exemplo, a extensão dos prazos para entrega de trabalhos e realização de provas, o emprego de diversos formatos avaliativos, como provas orais, portfólios e avaliações práticas, juntamente com a adoção de tecnologias assistivas que auxiliam na organização, compreensão e comunicação do material. Além disso, a diversificação de metodologias de ensino como Problem-Based Learning (PBL), salas de aula invertidas e gamificação permite que os alunos se envolvam com o conhecimento de forma mais ativa, significativa e personalizada.

Além disso, o desenvolvimento de Planos Pedagógicos Individualizados (PPI) é uma prática que garante que as adaptações sejam cuidadosamente planejadas e implementadas, considerando o perfil e as necessidades únicas de cada aluno neurodivergente, com o envolvimento de educadores, especialistas e dos próprios alunos. Isso promove o monitoramento, o apoio psicopedagógico e o estabelecimento de um ambiente educacional acolhedor e sensível, que respeita as diferenças.

As adaptações curriculares não implicam na redução das expectativas ou da qualidade do ensino; em vez disso, reconhecem a diversidade neurológica e defendem a equidade educacional, proporcionando caminhos variados para que cada aluno alcance seu potencial máximo. Quando efetivamente colocadas em prática, essas estratégias aumentam a retenção acadêmica, promovem o desenvolvimento holístico e preparam os profissionais médicos para um engajamento bem-sucedido em uma sociedade pluralista e diversa.

2.4 ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA METODOLOGIAS ATIVAS

Metodologias ativas são estratégias pedagógicas que tem como objetivo, a promoção e participação ativa dos discentes na aquisição do conhecimento, fazendo com que eles desenvolvam um pensamento crítico, a autonomia e aplicabilidade prática dos conteúdos abordados em sala de aula. O que contrapõe o modelo de ensino tradicional em que o professor era o agente responsável pela transmissão do conhecimento e o aluno, um ser passivo que apenas absorve o conhecimento.

As metodologias ativas vêm ao longo do processo se destacando como umas das principais ferramentas de inovação e com bastante eficácia no ensino superior, em especial na formação acadêmica médica, onde há uma exigência maior devido à complexidade dos conteúdos abordados em sala de aula, exigindo assim competências práticas e críticas que norteiam os estudantes ao centro desse processo de aprendizagem.

No âmbito da educação médica, essas metodologias têm auxiliado no processo de formação de profissionais mais preparados para o mercado de trabalho, capazes de lidar com os desafios complexos que envolvem a prática clínica, além de reforçar habilidades tais como o trabalho em equipe e a tomada de decisões frente a situações novas e imprevistas.

Baseando-se na aprendizagem ativa e pautando em princípios construtivistas, pode-se observar que o uso de metodologias que tornam-se inclusivas, como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas (PBL) e gamificação, surgem como eficientes estratégias na promoção do processo inclusivo de alunos neurodivergentes. Essas metodologias podem ser estruturadas, respeitando as peculiaridades desses alunos, o que garante um ambiente mais acessível, personalizado e engajador. Sendo assim, determinadas estratégias podem ser aplicáveis para que a inclusão aconteça de forma eficiente e integrativa que favoreçam a aprendizagem de forma igualitária. A seguir, observa-se algumas dessas metodologias e as possíveis adaptações que podem ser promovidas para essa finalidade:

2.4.1 Problem-Based Learning (PBL)

- Realização com grupos pequenos e heterogêneos: reduzir o tamanho dos grupos para diminuir a sobrecarga sensorial e facilitar a comunicação, favorecendo alunos com TEA e/ou TDAH.
- Flexibilização do tempo para análise dos problemas: consentir mais tempo para que alunos neurodivergentes possam compreender e refletir sobre os casos apresentados.
- Suporte de um mediador habilitado: contar com docentes ou facilitadores capacitados para identificar necessidades específicas e mediar conflitos ou dificuldades de comunicação.
- Material de apoio adaptado e diversificado: disponibilizar recursos complementares (esquematisações, vídeos, textos simplificados) para diferentes estilos de aprendizagem.



- Feedback estruturado e reforço positivo: fornecer retornos claros e constantes sobre a participação e desempenho, auxiliando na organização e motivação dos estudantes.

2.4.2 Sala de Aula Invertida

- Disponibilizar uma prévia de conteúdos em diferentes formatos, como vídeos, podcasts, textos e infográficos, para que o aluno possa consumir de acordo com seu ritmo e preferência.
- Alunos que necessitam de mais tempo para processamento podem revisar o material quantas vezes precisarem antes ou durante as aulas presenciais.
- No decorrer da aula, disponibilizar momentos para atendimentos personalizados ou pequenos grupos de apoio.
- Fornecer orientações claras e organizadas para acompanhar os materiais prévios, facilitando o foco e o planejamento do estudo.
- Uso de tecnologias assistivas: Integrar ferramentas digitais que auxiliem na organização, leitura e concentração.

2.4.3 Gamificação

- Desafios ajustados ao ritmo de cada estudante: oferecer oportunidades para que eles realizem atividades divertidas no seu próprio tempo, ajudando a diminuir a pressão e a ansiedade.
- Recompensas e feedbacks imediatos: Estimular o engajamento através de pontuações, badges e mensagens positivas que valorizem pequenas conquistas.
- Diversidade de jogos e formatos: Incluir quizzes, simulações, “missões clínicas” e jogos interativos que atendam diferentes perfis cognitivos e interesses.
- Criar um ambiente seguro e colaborativo significa incentivar a participação de todos de forma tranquila, sem exagerar na competitividade. Assim, o objetivo é que o foco seja na aprendizagem e no trabalho em equipe.
- Assegurar que os elementos lúdicos estejam integrados aos conteúdos e competências estabelecidos, preservando o rigor acadêmico.

2.4.4 Estratégias Complementares

- Desenvolver Planos Pedagógicos Individualizados (PPI) para mapear necessidades específicas e orientar as adaptações nas metodologias ativas.
- Capacitar professores para compreender e aplicar práticas inclusivas dentro dessas metodologias, reconhecendo os perfis neurodivergentes.



- Ajustar o espaço físico e o ritmo das atividades para minimizar estímulos excessivos e favorecer o conforto dos alunos.
- Incorporar ferramentas que facilitem organização, comunicação, leitura e concentração.
- Complementar e adaptar a avaliação tradicional, com provas orais, portfólios, apresentações e atividades práticas não sobrecarregando o discente com provas meramente objetivas.

3 METODOLOGIA

O presente artigo, trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática, que tem como objetivo, mapear e integrar o conhecimento construído sobre as adaptações curriculares no âmbito da educação médica, enfocando em alunos neurodivergentes (como pessoas com TEA, TDAH, dislexia e outras condições neurológicas).

[...]é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. (SAMPAIO e MANCINI, 2006. p.84)

Para que esta pesquisa tivesse uma base robusta e confiável, era essencial decidir previamente quais tipos de materiais seriam incluídos e quais seriam excluídos da avaliação. Portanto, foram selecionadas publicações científicas relevantes, como artigos, teses e dissertações, além de documentos oficiais, diretrizes e legislações que abordassem especificamente questões relacionadas à adaptação curricular, neurodiversidade e educação médica.

A fim de assegurar que as informações estivessem em consonância com a realidade contemporânea, foram priorizadas as obras publicadas nos últimos dez anos. Também foi determinado que seriam aceitas produções em português e inglês, o que permitiu aumentar o escopo da pesquisa e incluir diversas perspectivas, tanto internacionais quanto nacionais.

As pesquisas ocorreram em bases de dados reconhecidas no ambiente acadêmico, tais como PubMed, SciELO, Google Acadêmico e Web of Science, garantindo que as fontes escolhidas fossem confiáveis e de alta qualidade.

Por outro lado, foram descartados da coleta todos os trabalhos que não abordassem diretamente a questão da adaptação curricular na educação médica para estudantes neurodivergentes, assim como os artigos opinativos ou que não tinham passado por revisão por pares. Essa seleção rigorosa teve como objetivo assegurar que o conteúdo analisado fosse fundamentado, pertinente e contribuísse de maneira significativa para o desenvolvimento da discussão proposta neste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura aponta que estratégias inclusivas melhoram não apenas o desempenho acadêmico, mas também o clima institucional. O maior desafio reside na formação docente e em práticas pedagógicas tradicionalmente centralizadas. Recomenda-se que as instituições fomentem capacitação docente, criem comitês de inclusão, e promovam avaliação constante das adaptações implementadas. As limitações do estudo incluem a necessidade de envolver maior número de instituições e ampliar o acompanhamento longitudinal dos impactos.

Tais publicações trazem diversas sugestões e formas de adaptações curriculares, porém destacam sempre a flexibilização no modo de avaliar. A introdução das tecnologias assistivas e a adoção de metodologias ativas como o PBL, sala de aula invertida e gamificação tem demonstrado mais eficácia que se refere a atender as necessidades dos alunos neurodivergentes.

Importante destacar a introdução de um Plano Pedagógico Individualizado, favorecendo a aquisição de conhecimento dentro das suas especificidades. Esse acompanhamento personalizado tem impacto positivo na permanência, motivação e desempenho acadêmico.

No que se refere a formação docente e suporte para essa demanda, os trabalhos enfatizaram a necessidade de formação continuada como garantia de novas práticas inclusivas consciente. Sensibilizar e preparar o professor para essas práticas, pode transformar o ambiente institucional, garantindo que as adaptações sejam efetivas e integradas ao currículo acadêmico, respeitando as singularidades desses discentes.

Os achados da análise mostram que a integração de alunos neurodivergentes na formação médica exige uma estratégia diversificada, que una métodos de ensino inovadores, apoio entre diferentes disciplinas e normas inclusivas. As abordagens ativas, ao colocarem o aluno como protagonista do aprendizado, promovem o envolvimento e a personalização do estudo, beneficiando não só os neurodivergentes, mas toda a comunidade acadêmica, ao favorecer ambientes mais dinâmicos e colaborativos.

O desenvolvimento de Planos Pedagógicos Individuais (PPIs) surge como uma estratégia essencial para reconhecer e atender de forma metódica as necessidades pessoais, evidenciando que uma inclusão real deve incluir a adaptação dos trajetos acadêmicos sem comprometer a qualidade ou rigor da educação. Entretanto, esse processo é muito dependente da formação de professores e da participação das instituições.

Os desafios enfrentados acentuam a necessidade de investimentos em infraestrutura, treinamento e mudanças culturais, de modo que a neurodiversidade seja efetivamente apreciada como um valor que enriquece a formação médica. É crucial que as instituições criem ambientes seguros e acolhedores, onde as diferenças sejam não apenas aceitas, mas valorizadas como fontes de inovação e empatia nos cuidados de saúde.



Por fim, esta análise sugere que pesquisas futuras explorem mais detalhadamente as evidências sobre o efeito das adaptações curriculares na saúde mental, no desempenho acadêmico e na inserção no mercado de trabalho dos alunos neurodivergentes, contribuindo para a contínua evolução das práticas educacionais inclusivas na educação médica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adaptação curricular para estudantes neurodivergentes é essencial para a promoção de uma educação médica que seja mais equitativa, variada e dedicada à inclusão. Instituições que se empenham nessa abordagem ajudam a moldar futuros profissionais que sejam mais receptivos às diferenças e preparados para enfrentar a diversidade humana, reforçando a função social da Medicina.

Adoções como a criação de Planos Pedagógicos Individualizados (PPI), o foco na formação contínua dos professores e a aplicação de metodologias ativas ajustadas às particularidades dos alunos mostraram ser fundamentais para construir ambientes de ensino que sejam mais dinâmicos, acolhedores e eficazes. Entretanto, a eficácia dessas iniciativas está diretamente vinculada ao comprometimento das instituições, à existência de políticas públicas sólidas e a um trabalho coletivo para promover uma mudança cultural nas escolas de medicina.

Portanto, a inclusão de alunos neurodivergentes não apenas quebra barreiras no que diz respeito ao acesso e à permanência, mas também oferece a chance de enriquecer a educação médica com uma variedade de perspectivas e maneiras de pensar. Ao valorizar essas distinções, as instituições de ensino ajudam a formar profissionais que são mais empáticos, críticos e preparados para atuar em uma sociedade diversificada, transformando a educação médica em um ambiente de equidade, respeito e inovação.



REFERÊNCIAS

ALVES, Lucicleide Araújo de Sousa; SOARES, Vasti Ribeiro de Sousa. Políticas públicas para o acesso e permanência de estudantes neurodivergentes na Educação Básica. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 7, n. 16, p. e161236, jul./dez.2024. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1236>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ARAUJO, A. G. R.; SILVA, M. A. DA.; ZANON, R. B. Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, p. e 247367, 2023

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 dez. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

TONKIO, Rosa Maria. Educação inclusiva e neurodiversidade (TDAH) no ensino superior: desafios para a formação docente. Ponta Grossa, 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Letras) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Estudos de Linguagem, 2024. Disponível em: https://ri.uepg.br/monografias/bitstream/handle/123456789/352/TCC_Rosa%20Maria%20Tonkio.pdf?sequence=1. Acesso em: 13 ago. 2025.